



## CÂMARA MUNICIPAL DE TATUÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

### 006. PROVA OBJETIVA

#### PROCURADOR LEGISLATIVO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_

Prédio \_\_\_\_\_

Sala \_\_\_\_\_

Carteira \_\_\_\_\_



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### DIREITO CONSTITUCIONAL

- 01.** Nos termos da doutrina predominante, controlar a constitucionalidade significa
- (A) examinar a compatibilidade de uma lei ou ato normativo com a Constituição, verificando seus requisitos formais e materiais.
  - (B) referendar ato que, por ter sido criado por autoridade constitucionalmente competente, prescinde da observação de outros requisitos.
  - (C) garantir que uma norma, editada com os parâmetros constitucionais vigentes à época, não se tornará com ela incompatível em decorrência de mudanças na interpretação constitucional.
  - (D) que a inconstitucionalidade material faz referência ao erro na observância da competência ou nas regras relativas ao processo definido na Constituição.
  - (E) que a inconstitucionalidade formal envolve o contraste direto do ato legislativo com o parâmetro constitucional, ou a aferição do desvio de poder ou do excesso de poder legislativo.
- 02.** A respeito da classificação das normas constitucionais, é correto afirmar que
- (A) as normas de eficácia limitada têm aplicabilidade indireta, mediata e diferida.
  - (B) as normas de eficácia contida têm aplicabilidade indireta, imediata e restringível.
  - (C) as normas de eficácia limitada podem ser divididas em dois grupos distintos: normas de princípio institucional e normas de princípio organizativo.
  - (D) havendo expressões como “salvo disposição em lei”, a norma será de eficácia limitada.
  - (E) existindo expressões como “a lei disporá”, essa norma será de eficácia contida.
- 03.** Constitui(em) competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios
- (A) a proteção e a integração social das pessoas portadoras de deficiência.
  - (B) legislar sobre registros públicos, águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.
  - (C) organizar o sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões.
  - (D) a responsabilidade por dano ao meio ambiente, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
  - (E) proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação.
- 04.** Nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que, na Administração Pública, a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie,
- (A) dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, e têm como limite, nos Municípios, o subsídio do Governador.
  - (B) dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, e têm como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito.
  - (C) dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, e têm como limite o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Executivo.
  - (D) dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, e têm como limite, nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo e Legislativo.
  - (E) dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, e têm como limite, nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo e Legislativo.
- 05.** Considere a seguinte situação hipotética:
- Em Tatuí, existem mais de duzentos mil eleitores, e, na eleição municipal, antes de realizado o segundo turno, o candidato com maior votação foi impedido legalmente de continuar na disputa pela prefeitura municipal.
- Diante disso, a Constituição Federal estabelece que
- (A) será convocado, dentre os remanescentes, o de maior votação.
  - (B) será convocado, dentre os remanescentes, o mais idoso.
  - (C) nova eleição será realizada 90 (noventa) dias depois do primeiro turno.
  - (D) nova eleição será realizada 30 (trinta) dias depois do primeiro turno.
  - (E) estará eleito o segundo colocado.

- 06.** Entre os direitos e deveres individuais e coletivos, listados no art. 5º da Constituição Federal, está previsto que
- (A) aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo período de 10 (dez) anos.
  - (B) a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade, interesse ou utilidade pública, mediante indenização em dinheiro ou títulos da dívida pública, ressalvados os casos previstos na Constituição.
  - (C) a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição.
  - (D) a pequena e média propriedade rural, definidas em lei e trabalhadas pela família ou por meeiros, não serão objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, e seu desenvolvimento será financiado pelo poder público.
  - (E) a pequena propriedade rural, definida em lei e trabalhada pela família, poderá ser objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, se o seu desenvolvimento for financiado pelo poder público.
- 07.** Ao tratar da educação, a Constituição Federal prescreve que a lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam, entre outras, a:
- (A) destinação de bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos.
  - (B) defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro e produção, promoção e difusão de bens culturais e do ensino.
  - (C) formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura e do ensino em suas múltiplas dimensões, e valorização da diversidade étnica e regional.
  - (D) formação para o trabalho e estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.
  - (E) inventários, registros, vigilância, tombamento e outras formas de acatamento e preservação do ensino.
- 08.** Nos termos da Constituição Federal, a política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo
- (A) ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.
  - (B) promover o adequado aproveitamento do solo urbano não edificado, sob pena, sucessivamente, de parcelamento e de ação de desapropriação.
  - (C) estabelecer a função social da propriedade urbana, bem como seu aproveitamento racional e adequado.
  - (D) regular a exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores da propriedade urbana.
  - (E) fornecer o título de domínio ao homem ou à mulher como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

#### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

- 09.** Assinale a alternativa correta a respeito dos consórcios públicos.
- (A) É vedada a criação de consórcios públicos na área de saúde.
  - (B) Para o consórcio público ser contratado pelo ente da Administração Direta consorciada, é indispensável a licitação.
  - (C) Os entes da Federação consorciados, ou os com eles conveniados, não poderão ceder-lhes servidores.
  - (D) O consórcio público com personalidade jurídica de direito privado integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.
  - (E) Para o cumprimento de seus objetivos, o consórcio público poderá, dentre outras medidas, promover desapropriações.
- 10.** Nos termos da Lei nº 9.637/98, na hipótese de os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por organização social, dela darão ciência
- (A) ao Ministério Público Federal, sob pena de responderem civil, penal e administrativamente pela omissão.
  - (B) ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.
  - (C) ao juiz criminal competente, sob pena de serem processados criminalmente.
  - (D) à autoridade competente, sob pena de responsabilidade subsidiária.
  - (E) à Corregedoria-Geral da União, sob pena de responsabilidade solidária, além de outras penas previstas em lei.

11. A respeito do processo administrativo disciplinar, é correto afirmar que
- (A) o princípio da instrumentalidade das formas estabelece a possibilidade de aproveitamento dos atos processuais que tenham cumprido sua finalidade, ainda que presentes vícios de formalidade.
  - (B) semelhantemente ao processo judicial, o processo administrativo rege-se pelo princípio da oficialidade, segundo o qual a instauração e a impulsão do processo ocorrem por ofício.
  - (C) o processo disciplinar deverá ser concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, se necessário, e a inobservância do prazo implica na nulidade do processo.
  - (D) a instauração do processo não interrompe a prescrição da pena e não impedirá a exoneração a pedido ou a aposentadoria voluntária do servidor indiciado.
  - (E) ao servidor acusado, é reservado o direito de acompanhar o procedimento pessoalmente ou por meio de procurador, que, necessariamente, deverá ser advogado.
12. Num determinado processo licitatório para a contratação de empreendimento a ser executado e explorado sob o regime de concessão, o poder licitante, em uma cláusula do objeto da licitação, incluiu a possibilidade da obtenção de recursos financeiros para a execução do objeto licitado. Nessa situação, conforme dispõe a Lei nº 8.666/93, é correto afirmar que essa licitação
- (A) contém vício, uma vez que a cláusula em questão é vedada por lei, qualquer que seja a origem da licitação.
  - (B) é baseada na regra geral da Lei de que é possível incluir no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem.
  - (C) não contém vício, por se tratar de caso de empreendimento executado e explorado sob o regime de concessão, nos termos da legislação específica, que admite a referida cláusula.
  - (D) contém vício, pois empreendimento executado e explorado sob o regime de concessão não admite essa possibilidade.
  - (E) está de acordo com a referida Lei, que impõe a obrigação de a licitação prever a cláusula de obtenção de recursos financeiros para a execução do objeto licitado, qualquer que seja a origem.
13. Assinale a alternativa que contempla hipótese de atividade que o poder público está autorizado a contratar com base na Lei nº 12.232/2010, a qual dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências.
- (A) Assessoria de imprensa.
  - (B) Assessoria de comunicação.
  - (C) Relações públicas.
  - (D) Divulgação de informações ao público.
  - (E) Realização de eventos festivos.
14. “Agravamento econômico resultante de medida tomada sob titulação diversa da contratual, isto é, no exercício de outra competência, cujo desempenho vem a ter repercussão direta na econômica contratual estabelecida na avença”.
- (Celso A. Bandeira de Melo)
- Essa definição diz respeito ao que se denomina na doutrina administrativista de
- (A) Teoria da Imprevisão.
  - (B) Revisão Contratual.
  - (C) Supremacia do Interesse Público.
  - (D) Soberania Administrativa.
  - (E) Fato do Príncipe.
15. Assinale a alternativa correta a respeito da licitação na concessão de serviço público.
- (A) Toda concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação.
  - (B) Em igualdade de condições, será dada preferência à proposta apresentada por entidade beneficente ou microempresa.
  - (C) É vedada a utilização de critério do valor da tarifa do serviço público a ser prestado como base para julgamento da licitação.
  - (D) A outorga de concessão ou permissão terá, como regra geral, o caráter de exclusividade.
  - (E) É vedado ao poder concedente prever no edital a inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento.
16. Segundo estabelece a Lei Federal nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção), na hipótese de uma das pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos nessa Lei decidir celebrar acordo de leniência,
- (A) ela ficará isenta da pena de multa sobre o seu faturamento.
  - (B) não precisa admitir sua participação no ilícito, desde que os demais envolvidos sejam identificados.
  - (C) não ficará isenta da obrigação de reparar integralmente o dano causado.
  - (D) haverá reconhecimento da prática do ato ilícito investigado, ainda que rejeitada a sua proposta de acordo.
  - (E) sendo ou não ele celebrado, não haverá interrupção do prazo de prescrição dos atos ilícitos previstos na Lei.

17. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, no que tange à execução orçamentária e ao cumprimento de metas, não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive
- (A) as relativas à despesa de pessoal e aquelas destinadas ao Poder Judiciário e ao Ministério Público.
  - (B) aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.
  - (C) as destinadas ao pagamento de obrigações tributárias e aquelas relativas à seguridade social.
  - (D) as decorrentes de obrigações assumidas pelo governo anterior e aquelas contraídas no exterior para captação de recursos.
  - (E) as relativas à despesa de pessoal e aquelas destinadas ao pagamento das obrigações previdenciárias do regime próprio.
18. Nos termos da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação, em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. Nesse sentido, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação
- (A) no diário oficial do Município, exceto para os Municípios com população de até 10 000 (dez mil) habitantes.
  - (B) em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet), exceto para os Municípios com população de até 20 000 (vinte mil) habitantes.
  - (C) no diário oficial do Município, exceto para os Municípios com população de até 20 000 (vinte mil) habitantes.
  - (D) em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet), exceto para os Municípios com população de até 10 000 (dez mil) habitantes.
  - (E) no diário oficial do Município e em sítios oficiais da rede mundial de computadores, independentemente do número de habitantes do Município.
19. Assinale a alternativa correta sobre a *vacatio legis*.
- (A) Ocorrendo nova publicação do texto de lei, antes de sua entrada em vigor, destinada a determinada correção, a *vacatio legis* começará a correr da nova publicação.
  - (B) Nos Estados estrangeiros, quando admitida a obrigatoriedade da lei brasileira, esta passa a vigorar 60 (sessenta) dias depois de oficialmente publicada.
  - (C) Em caso de omissão, a lei começa a vigorar em todo o país no dia útil seguinte à sua publicação oficial.
  - (D) Nas leis de vigência temporária, a *vacatio legis* não poderá ser inferior a 45 (quarenta e cinco) dias.
  - (E) Em caso de omissão, a lei começa a vigorar em todo o país no dia imediatamente seguinte à sua publicação oficial.
20. Assinale a alternativa correta sobre as técnicas de elaboração, redação e alteração das leis, de acordo com as disposições da Lei Complementar nº 95/1998.
- (A) O primeiro artigo do texto de lei indicará, preferencialmente, a cláusula de vigência.
  - (B) Compreende-se por cláusula de revogação o prazo pelo qual a lei terá vigência, se temporária for.
  - (C) A parte preliminar da lei compreende a epígrafe, a ementa, o preâmbulo, o enunciado do objeto, a indicação do âmbito de aplicação das disposições normativas, a cláusula de vigência e a cláusula de revogação.
  - (D) É admissível a reordenação interna dos parágrafos ou incisos de um artigo de lei, identificando-se a existência da modificação.
  - (E) Os artigos desdobrar-se-ão em parágrafos ou em incisos; os parágrafos, em incisos ou em alíneas; os incisos, em alíneas; e as alíneas, em itens.

21. Verificam-se a seguir representações gráficas extraídas de determinada lei federal:

**LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018.**

Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet).

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, o nome de cada um dos três itens acima, na ordem em que aparecem, conforme a nomenclatura adotada pela Lei Complementar nº 95/98.

- (A) Ementa, epígrafe e preâmbulo.
- (B) Epígrafe, ementa e preâmbulo.
- (C) Preâmbulo, ementa e epígrafe.
- (D) Preâmbulo, epígrafe e ementa.
- (E) Epígrafe, preâmbulo e ementa.

22. Assinale a alternativa correta sobre os defeitos e invalidade do negócio jurídico.

- (A) O negócio jurídico simulado é, em regra, anulável.
- (B) Configura-se lesão quando alguém, premido da necessidade de salvar-se de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
- (C) O prazo decadencial para pleitear a anulação de negócio jurídico, em razão da incapacidade do agente, é contado da data da realização do negócio.
- (D) O negócio jurídico praticado em fraude contra credores é absolutamente nulo.
- (E) Os efeitos da anulação de determinado negócio jurídico é, em regra, *ex tunc*.

23. É correto afirmar que corre normalmente o prazo prescricional

- (A) contra os absolutamente incapazes, em razão da idade.
- (B) enquanto pendente condição suspensiva.
- (C) contra os relativamente capazes, em razão da idade.
- (D) enquanto pendente ação de evicção.
- (E) contra os ausentes do Brasil em serviço público do Município.

24. Assinale a alternativa correta sobre a novação.

- (A) As obrigações anuláveis podem ser objeto de novação.
- (B) Na novação por substituição do devedor, é imprescindível o consentimento deste.
- (C) A extensão do prazo para pagamento de determinada obrigação implica em novação.
- (D) A novação, em regra, não extingue as garantias da dívida.
- (E) É vedada, no ordenamento jurídico brasileiro, a novação de forma tácita.

25. No âmbito estritamente civil, quando a atividade normalmente desenvolvida por determinada pessoa jurídica de direito privado implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem, a responsabilidade civil de indenizar

- (A) se dá por culpa presumida.
- (B) é subjetiva.
- (C) é objetiva.
- (D) independe da existência de nexo de causalidade.
- (E) é objetiva em relação aos danos materiais, mas subjetiva em relação aos danos morais.

26. Assinale a alternativa correta sobre o parcelamento do solo urbano, de acordo com as disposições da Lei nº 6.766/1979.

- (A) A omissão do Poder Público, no prazo legal, na análise do pedido de aprovação de determinado projeto de loteamento implica na aceitação do projeto.
- (B) A cessão da compra e venda correspondente a determinado lote depende de expressa anuência do loteador.
- (C) Uma vez aprovado determinado projeto de loteamento, poderá ser executado a qualquer tempo, desde que não sofra qualquer modificação.
- (D) O compromisso de compra e venda de um lote, acompanhado da prova de quitação, valerá como título para o registro da propriedade, ainda que realizado por instrumento particular.
- (E) Quando a área loteada estiver situada em mais de uma circunscrição imobiliária, o registro será requerido e processado simultaneamente perante todas as circunscrições.

27. Assinale a alternativa que corresponde à definição do princípio da efetividade do processo.

- (A) Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.
- (B) Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.
- (C) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa.
- (D) Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.
- (E) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade.

28. Sobre a tutela requerida em caráter antecedente, assinale a alternativa correta.

- (A) Será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte.
- (B) Na petição inicial, o valor da causa deverá ser relativo ao pedido da tutela antecipada.
- (C) Caso entenda que não há elementos para a concessão de tutela antecipada, o juiz determinará a emenda da petição inicial em até 15 (quinze) dias.
- (D) Qualquer das partes poderá demandar a outra com o intuito de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada estabilizada contra a qual não tenha sido interposto recurso.
- (E) O direito de invalidar a tutela antecipada estabilizada extingue-se após 1 (um) ano, contado da ciência da decisão que extinguiu o processo.

29. Considerando as prerrogativas do Poder Público, em especial as relativas à antecipação de tutela, assinale a alternativa correta.

- (A) Na ação civil pública, a liminar será concedida, quando cabível, após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de 72 (setenta e duas) horas.
- (B) É cabível medida liminar que defira compensação de créditos tributários ou previdenciários, desde que demonstrado o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*.
- (C) Nos casos em que cabível medida liminar, sem prejuízo da comunicação ao dirigente do órgão ou entidade, o respectivo representante judicial dela será intimado no prazo de 15 (quinze) dias.
- (D) O recurso voluntário interposto contra sentença em processo cautelar, proferida contra pessoa jurídica de direito público que importe em reclassificação funcional, terá apenas efeito devolutivo.
- (E) Será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, desde que prestada caução.

30. A prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) O juiz poderá determinar a realização de nova perícia quando a matéria não estiver suficientemente esclarecida, sendo que a segunda perícia substitui a primeira.
- (B) O juiz não poderá dispensar prova pericial quando as partes, na inicial e na contestação, apresentarem, sobre as questões de fato, pareceres técnicos ou documentos elucidativos que ele considerar suficientes.
- (C) As partes podem, de comum acordo, escolher o perito, indicando-o mediante requerimento, desde que a causa possa ser resolvida por julgamento antecipado do mérito.
- (D) Os assistentes técnicos, assim como os peritos, estão sujeitos a impedimento ou suspeição.
- (E) Quando a perícia for inconclusiva ou deficiente, o juiz poderá reduzir a remuneração inicialmente arbitrada para o trabalho.

31. Adalberto propôs ação de usucapião. Bruno propôs ação de divórcio em face de Carla. Danilo propôs ação indenizatória em face de Edson. Todas as ações foram julgadas procedentes. Quanto às espécies de sentenças e sua possibilidade de retroatividade, a(s) sentença(s) relativa(s) aos processo(s) de
- (A) Adalberto e Bruno são declaratórias e, por isso, em regra *ex tunc*.
  - (B) Bruno e Carla e Danilo e Edson são constitutivas e, por isso, em regra *ex nunc*.
  - (C) Danilo e Edson é condenatória e, por isso, em regra *ex nunc*.
  - (D) Bruno e Carla é constitutiva e, por isso, em regra *ex nunc*.
  - (E) Adalberto é condenatória e, por isso, em regra *ex tunc*.
32. Em regra, a apelação terá efeito suspensivo. Contudo, começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença que
- (A) homologa divisão ou demarcação de terras.
  - (B) julga procedentes os embargos do executado.
  - (C) julga improcedente o pedido de instituição de arbitragem.
  - (D) julga improcedente a ação de interdição.
  - (E) extingue a ação de cobrança com resolução do mérito.
33. Sobre o incidente de assunção de competência, assinale a alternativa correta.
- (A) É admissível a assunção de competência quando o julgamento de recurso envolver relevante questão de direito, com repetição em múltiplos processos.
  - (B) O órgão colegiado julgará o recurso, a remessa necessária ou o processo de competência originária se reconhecer interesse público na assunção de competência.
  - (C) A assunção de competência poderá ser requerida pela parte, Ministério Público ou Defensoria Pública, mas não poderá ser requerida de ofício.
  - (D) O acórdão proferido em assunção de competência vinculará todos os juízes e órgãos fracionários, desde que tenha revisão de tese.
  - (E) Não se aplica o incidente de assunção de competência quando ocorrer relevante questão de direito a respeito da qual seja conveniente a prevenção entre câmaras ou turmas do tribunal.
34. Diego ajuizou ação reivindicatória em face de Elaine, alegando ser proprietário de um terreno situado no Município de Catanduva. Citada, Elaine alega em sua contestação que possui parcela deste terreno há 22 (vinte e dois) anos sem qualquer oposição. Ocorre que Fernando, vizinho do imóvel disputado entre as partes litigantes, constatou que, na ação reivindicatória em que litigam Diego e Elaine, uma porção do terreno de que ambos alegam ser proprietários é, na verdade, de sua propriedade e decide ajuizar uma ação de oposição.
- Sobre esse caso hipotético, assinale a alternativa correta
- (A) A oposição poderá ser distribuída por dependência ou por distribuição.
  - (B) Diego e Elaine serão intimados para responder a oposição em 15 (quinze) dias.
  - (C) Cabendo ao juiz decidir simultaneamente a ação originária e a oposição, conhecerá em primeiro lugar a ação originária.
  - (D) A oposição é uma modalidade de intervenção de terceiros.
  - (E) Admitido o processamento, a oposição será apensada aos autos e tramitará simultaneamente à ação originária, sendo ambas julgadas pela mesma sentença.

#### DIREITO TRIBUTÁRIO

35. Dispõe a Constituição Federal de 1988 que lei complementar poderá definir tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, podendo, inclusive, instituir um regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- Sobre o tema, é correto afirmar que
- (A) o recolhimento desses tributos será descentralizado e a distribuição da parcela de recursos pertencentes aos entes federados será realizada de maneira imediata, mediante compensação.
  - (B) os Estados e Municípios poderão aderir ao regime único de arrecadação por meio de convênio.
  - (C) poderão ser estabelecidas condições de enquadramento diferenciadas por atividade econômica.
  - (D) o regime único será obrigatório para o contribuinte que preencher os requisitos previstos na lei complementar.
  - (E) a arrecadação, a fiscalização e a cobrança poderão ser compartilhadas pelos entes federados, adotado cadastro nacional único de contribuintes.

- 36.** O prefeito de um determinado Município, precisando de recursos em caixa para pagar obrigações anteriormente assumidas, determina, por meio de decreto, a antecipação da data de recolhimento à Municipalidade do imposto sobre a prestação de serviços, cujos fatos geradores já tenham ocorrido. A antecipação
- (A) institui tratamento desigual entre os contribuintes dos tributos municipais, em razão do fato gerador do tributo.
  - (B) não configura exigência ou aumento de tributo e pode ser veiculada por meio de decreto.
  - (C) não pode ocorrer no mesmo exercício financeiro em que haja sido editado o decreto.
  - (D) somente poderá produzir efeitos após noventa dias da data da publicação do decreto.
  - (E) para ser implementada por meio de decreto depende da existência de previsão expressa em lei complementar.
- 37.** Considerando as disposições constantes do CTN e a jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre o lançamento tributário, é correto afirmar que
- (A) a revisão do lançamento tributário pode ser exercida nas hipóteses do art. 149 do CTN, desde que observado o prazo prescricional para a cobrança do crédito tributário.
  - (B) a entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo o débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.
  - (C) os erros contidos no lançamento por declaração, ainda que apuráveis pelo seu exame, não poderão ser retificados de ofício pela autoridade administrativa tributária.
  - (D) os atos anteriores à homologação, praticados por sujeito passivo ou por terceiros, visando à extinção total ou parcial do crédito influem sobre a obrigação tributária.
  - (E) a notificação do contribuinte do auto de infração constitui definitivamente o crédito tributário e dá início ao cômputo do prazo decadencial para a sua cobrança, não havendo que se falar em prazo prescricional.
- 38.** O imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município. Sobre o conceito de zona urbana do Município para fins de IPTU, é correto afirmar que
- (A) deverá ser definida por decreto municipal, observados os requisitos da lei complementar.
  - (B) as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana constantes de loteamentos, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio não podem ser consideradas urbanas.
  - (C) não incide IPTU, mas ITR, sobre o imóvel localizado na área urbana do Município, desde que comprovadamente utilizado em exploração extrativa, vegetal, agropecuária ou agroindustrial.
  - (D) para ser considerada como zona urbana, a área deve possuir como melhoramentos mínimos abastecimento de água, sistema de esgotos sanitários e escola primária a uma distância máxima de 5 (cinco) quilômetros do imóvel considerado.
  - (E) as áreas consideradas como áreas de expansão urbana por decreto municipal se sujeitam à incidência do IPTU quando providas de rede de iluminação pública.
- 39.** O Município X realizou obras de asfaltamento de vias públicas municipais no ano 2017, causando valorização imobiliária. Em decorrência, instituiu, por meio de decreto, contribuição de melhoria, com o intuito de fazer face ao custo da obra. Foi estabelecido um valor fixo de R\$ 500,00 (quinhentos) reais de contribuição, calculado sobre a despesa total incorrida pelo Município para a realização da obra, a ser pago por todos os contribuintes antes da entrega da obra. Considerando as disposições constantes do Código Tributário Nacional, a instituição da contribuição de melhoria
- (A) não atendeu aos requisitos legais, pois não considerou, na quantificação do valor a ser pago, o montante de valorização imobiliária que cada contribuinte obteve individualmente.
  - (B) atendeu aos requisitos legais, sendo instituída por decreto, com a finalidade de fazer frente ao custo da obra, que foi rateado entre os contribuintes que dela se beneficiaram.
  - (C) atendeu aos requisitos legais, pois sua instituição e cobrança ocorreram antes da entrega da obra, permitindo o uso dos valores arrecadados para financiar o asfaltamento.
  - (D) não atendeu aos requisitos legais, pois foi cobrada apenas dos beneficiados com a obra e não de todos os munícipes.
  - (E) atendeu aos requisitos legais, observando o princípio da isonomia na fixação dos valores a serem pagos por aqueles que foram beneficiados pela obra.

40. Sobre a vigência das normas complementares tributárias, dispõe o CTN que

- (A) as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa, entram em vigor, quanto a seus efeitos normativos, na data de sua publicação.
- (B) os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas entram em vigor 30 (trinta) dias após a data da sua publicação.
- (C) os decretos regulamentares de competência do Chefe do Poder Executivo entram em vigor 15 (quinze) dias após a data da sua publicação.
- (D) os convênios que entre si celebrem os Estados, Distrito Federal e os Municípios entram vigor na data neles prevista.
- (E) os tratados e as convenções internacionais sobre matéria tributária entram em vigor no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação.

41. Acerca da execução fiscal, é correto afirmar que

- (A) a pessoa jurídica tem legitimidade para interpor agravo de instrumento no interesse dos sócios contra decisão que determinou o redirecionamento de execução fiscal.
- (B) em execução fiscal, a prescrição ocorrida antes da propositura da ação somente pode ser decretada se houver pedido do executado.
- (C) a exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias que não demandem dilação probatória, ainda que não conhecíveis de ofício.
- (D) o prazo prescricional para o ajuizamento da execução fiscal que visa à cobrança de multa de natureza administrativa é de dez anos, contado do momento em que se torna exigível o crédito.
- (E) é possível redirecionar a execução fiscal contra o sócio que exercia a administração por ocasião da dissolução irregular da sociedade contribuinte, independentemente do momento da ocorrência do fato gerador ou da data do vencimento do tributo.

42. Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca da compensação de créditos tributários, assinale a alternativa correta.

- (A) A regra de imputação de pagamentos estabelecida no Código Civil se aplica às hipóteses de compensação tributária.
- (B) O contribuinte pode optar por receber, por meio de precatório ou por compensação, o indébito tributário certificado por sentença declaratória transitada em julgado.
- (C) É cabível o mandado de segurança para convalidar a compensação tributária, realizada pelo contribuinte.
- (D) O mandado de segurança não constitui ação adequada para a declaração do direito à compensação tributária.
- (E) A compensação de créditos tributários pode ser deferida por medida liminar.

## DIREITO FINANCEIRO

43. Assinale a alternativa que se apresenta de acordo com a Constituição Federal.

- (A) O Poder Executivo publicará, até 15 (quinze) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- (B) A lei ordinária disporá sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.
- (C) Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.
- (D) Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes não poderão ser utilizados como créditos especiais ou suplementares, mesmo com prévia e específica autorização legislativa.
- (E) Considera-se equitativa a execução das programações de caráter facultativo que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente da autoria.

- 44.** De acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, fundos especiais são constituídos
- (A) pelo produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação.
  - (B) pelas dotações atribuídas às diversas unidades orçamentárias que poderão, quando expressamente determinado na Constituição Federal ser movimentadas por órgãos centrais de administração pública geral.
  - (C) pelos créditos suplementares e especiais autorizados e abertos por lei federal.
  - (D) pela diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.
  - (E) pelas receitas de capital provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas, da conversão, em espécie, de bens e direitos e dos recursos recebidos de outras pessoas de direito público, destinados a atender despesas extraordinárias das pessoas políticas.
- 45.** Assinale a alternativa correta, segundo a Lei Complementar nº 101/00.
- (A) O Ministério do Planejamento verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.
  - (B) Considera-se operação de crédito o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.
  - (C) Serão computadas nas despesas de capital as realizadas sob a forma de empréstimo ou financiamento a contribuinte, com o intuito de promover incentivo fiscal, tendo por base tributo de competência do ente da Federação, se resultar a diminuição, direta ou indireta, do ônus deste.
  - (D) Equipara-se à operação de crédito o refinanciamento da dívida mobiliária e o reconhecimento ou a confissão de dívidas pela União.
  - (E) Os contratos de operação de crédito externo não conterão cláusula que importe na compensação automática de débitos e créditos.
- 46.** Segundo a Constituição Federal, é
- (A) permitida a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.
  - (B) vedada a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.
  - (C) permitida a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.
  - (D) vedado ao banco central comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.
  - (E) permitido o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.
- 47.** De acordo com a Constituição Federal, o projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia. Tal obrigação reflete o princípio da
- (A) Especialidade dos incentivos fiscais.
  - (B) Universalidade.
  - (C) Publicidade orçamentária.
  - (D) Transparência orçamentária.
  - (E) Unidade.
- 48.** Segundo a Constituição Federal, o Tribunal de Contas da União encaminhará relatório de suas atividades ao
- (A) Congresso Nacional, trimestral e anualmente.
  - (B) Congresso Nacional, semestral e anualmente.
  - (C) Senado Federal, semestral e anualmente.
  - (D) Senado Federal, trimestral e anualmente.
  - (E) Ministério do Planejamento, semestral e anualmente.

49. Afrânio é um cidadão muito engajado com as causas ambientais. Mora em uma área de muito verde onde passa um curso d'água de 60 metros de largura, perene e intermitente, não efêmero. Como não conhece pontualmente os termos da legislação ambiental, questiona a um advogado quais as áreas na lateral do leito do rio sob análise são consideradas de preservação permanente. Nesse contexto, o advogado deve lhe responder que, para rios como o do caso em análise, são consideradas áreas de preservação permanente as faixas marginais

- (A) apenas em imóveis rurais, que tenham largura de 30 metros desde a borda da calha do leito regular.
- (B) apenas em imóveis urbanos, que tenham largura de 500 metros desde a borda da calha do leito regular.
- (C) sejam em imóveis rurais ou urbanos, que tenham largura de 200 metros desde a borda da calha do leito regular.
- (D) sejam em imóveis rurais ou urbanos, que tenham largura de 50 metros desde a borda da calha do leito regular.
- (E) sejam em imóveis rurais ou urbanos, que tenham largura de 100 metros desde a borda da calha do leito regular.

50. A empresa XPTO Ltda, pessoa jurídica, usa, como matéria-prima da produção de papel, árvores de uma floresta plantada. Nesse caso, é correto afirmar que

- (A) a empresa deverá realizar o reflorestamento mediante o plantio de espécies nativas, conforme determinações do órgão competente do Sisnama.
- (B) a empresa é isenta da obrigatoriedade da reposição florestal e desobrigada da comprovação perante a autoridade competente da origem do recurso florestal utilizado.
- (C) a empresa seria isenta de realizar a reposição florestal apenas se usasse como matéria-prima aparas, cavacos ou outros resíduos provenientes da atividade industrial, não estando inclusa nessa isenção matéria-prima de floresta plantada.
- (D) assim como a matéria-prima oriunda das áreas de Plano de Manejo Florestal Sustentável e das não madeiras, aquelas extraídas de floresta plantada são isentas da obrigatoriedade de reposição florestal.
- (E) a empresa é isenta de reposição florestal por ser pessoa jurídica, uma vez que a legislação não concede tais benefícios a pessoas físicas.

51. O autor de uma ação popular decide requerer a desistência da demanda. Nesse caso, é correto afirmar que

- (A) o juiz deverá declarar a ação extinta sem resolução do mérito, homologando a desistência imediatamente.
- (B) serão publicados editais nos prazos e condições previstos em lei, ficando assegurado a qualquer cidadão, bem como ao representante do Ministério Público, dentro do prazo de 90 (noventa) dias da última publicação feita, promover o prosseguimento da ação.
- (C) após a publicação dos editais descritos em lei pelos prazos fixados, apenas o Ministério Público poderá, dentro do prazo de 90 (noventa) dias da última publicação feita, promover o prosseguimento da ação.
- (D) o juiz deverá dar andamento na ação de ofício, intimando o Ministério Público para que indique quem formará consigo litisconsórcio ativo após a desistência ser homologada, tendo em vista que, nesse tipo de demanda, o órgão ministerial não poderá atuar sozinho como autor.
- (E) o juiz não poderá homologar a desistência uma vez que, por se tratar de ações onde o interesse público se sobrepõe ao interesse privado, a sentença de mérito deve sempre ser proferida.

52. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, está devidamente previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e recentemente sofreu mudanças com relação a sua estrutura. Sobre tal momento escolar, é correto afirmar que

- (A) a Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de arte, sociologia e filosofia, facultando-se a prática de educação física.
- (B) o ensino da língua portuguesa e da matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas.
- (C) os currículos do ensino médio incluirão facultativamente o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, todas em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino.
- (D) a carga horária destinada ao cumprimento da Base Nacional Comum Curricular poderá ser superior a mil e oitocentas horas do total da carga horária do ensino médio, de acordo com a definição dos sistemas de ensino.
- (E) os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos e cognitivos, excetuando a esfera socioemocional do concluinte.

- 53.** Nonato possui 82 anos de idade, é uma pessoa ativa e inserida no mercado de trabalho. Diante do que prevê a legislação específica que protege os idosos, é correto afirmar que
- (A) em todo atendimento de saúde, Nonato terá preferência especial sobre os demais idosos, exceto em caso de emergência.
  - (B) Nonato poderá ter a cobrança de planos de saúde com valores diferenciados em razão de sua idade ser acima de 80 anos.
  - (C) se estiver empatado com um idoso de 65 anos em um concurso público, a idade de Nonato não servirá como critério de desempate.
  - (D) com relação à prioridade no trâmite dos processos judiciais, Nonato concorrerá com igualdade com os demais idosos.
  - (E) por ter mais de 80 anos, Nonato passa a ter prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda, o que não se aplica aos demais idosos.
- 54.** Sobre o que prevê a Lei nº 11.340/2006, é correto afirmar que
- (A) a violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.
  - (B) é direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores públicos do sexo masculino ou feminino, previamente capacitados.
  - (C) as medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz apenas a requerimento da ofendida.
  - (D) as medidas protetivas de urgência serão aplicadas de forma isolada e não poderão ser substituídas por outras de maior eficácia.
  - (E) a ofendida, para dar celeridade ao processo, poderá entregar intimação ou notificação ao agressor.
- 55.** Suponha que Vereador do Município de Tatuí, atendendo a pleito de categoria de servidores vinculada ao Poder Executivo, propõe projeto de lei com o objetivo de criar novos cargos, bem como majorar em 30% (trinta por cento) a remuneração global dos agentes. O membro da Câmara apresenta como justificativa para a propositura a necessidade de recompor as perdas salariais decorrentes da inflação dos últimos 03 (três) anos. O projeto de lei foi encaminhado à Procuradoria da Câmara, que foi instada a apresentar parecer sobre a compatibilidade da proposição com a Lei Orgânica do Município ("LOM"). Considerando o cenário descrito e o disposto na LOM, assinale a alternativa correta.
- (A) A proposição é compatível com a LOM, desde que seja indicada na proposição da prévia indicação da fonte de custeio.
  - (B) A proposição é parcialmente compatível com a LOM, pois, embora seja vedado a vereador apresentar projeto de lei que disponha sobre a criação de cargo no Poder Executivo, é válida a proposta de aumento de remuneração.
  - (C) A proposição é incompatível com a LOM, pois projeto de lei com o conteúdo semelhante somente pode ser apresentado pelo representante legal do Poder Executivo.
  - (D) A proposição é parcialmente compatível com a LOM, pois, embora seja vedado a vereador apresentar projeto de lei que aumente a remuneração de servidores vinculados ao Poder Executivo, é válida a proposta de aumento de cargos.
  - (E) As matérias tratadas no projeto devem, nos termos da LOM, ser tratados em Lei Complementar, a ser aprovada por maioria absoluta dos membros da Câmara.
- 56.** Com base no Regimento Interno da Câmara Municipal de Tatuí, a respeito das Comissões, é correto afirmar que
- (A) os membros das Comissões serão, em regra, indicados pelo Plenário da Câmara Municipal, respeitada a proporcionalidade da representação dos partidos ou dos blocos parlamentares que compõem a Casa.
  - (B) após a formação, havendo razões de interesse público, o Presidente da Câmara, com a autorização da Mesa Diretora, poderá promover a realocação de membros das Comissões Permanentes.
  - (C) o Vereador destituído de Comissão em função do número excessivo de faltas não poderá ser designado para integrar nenhuma outra Comissão Permanente até o final da legislatura.
  - (D) os membros das Comissões Permanentes serão destituídos caso não compareçam a 05 (cinco) reuniões ordinárias consecutivas ou a 10 (dez) intercaladas, sem motivo justificado.
  - (E) a manifestação de uma Comissão sobre determinada matéria exclui a possibilidade de nova manifestação contrária ao posicionamento anteriormente definido, mesmo se o Plenário assim deliberar.

- 57.** Segundo o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), o direito que confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, é o direito
- (A) de superfície.
  - (B) real de uso.
  - (C) de parcelamento.
  - (D) de preempção.
  - (E) de usufruto.
- 58.** Com base no regime constitucional dos Municípios disposto na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.
- (A) O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município.
  - (B) Os Vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Estado-membro.
  - (C) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de cinco dias, e aprovada por três quintos dos membros da Câmara Municipal.
  - (D) É permitida a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais, desde que autorizado pela Constituição Estadual.
  - (E) Os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores serão fixados por Decreto Legislativo.
- 59.** A respeito da competência Municipal, segundo o disposto na Constituição Federal e o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal sobre o assunto, assinale a alternativa correta.
- (A) Não é competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
  - (B) É constitucional lei municipal que estabelece regras para a cobrança em estacionamento de veículos.
  - (C) Compete ao Município legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
  - (D) Compete ao Município organizar o sistema regional de emprego e condições para o exercício de profissões.
  - (E) Compete ao Município organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.
- 60.** Acerca dos tributos municipais, assinale a alternativa correta.
- (A) O serviço de iluminação pública pode ser remunerado mediante taxa.
  - (B) É defeso ao município atualizar o IPTU, mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.
  - (C) Cabe ao poder público comprovar a realização de notificação do lançamento tributário pelo envio do carnê de cobrança do IPTU.
  - (D) Não é válida a utilização da metragem do imóvel como base de cálculo da cobrança da taxa de coleta de lixo.
  - (E) É constitucional a incidência do ISS sobre operações de locação de bens móveis dissociadas da prestação de serviços.

